

# CULTURA GREGA DA ANTIGUIDADE: ASPECTOS FILOSÓFICO- SOCIOLOGICO-POLÍTICOS

Moacyr Motta da Silva<sup>1</sup>

**SUMÁRIO:** 1 Introdução; 2 A estratificação da Sociedade; 3 O Trabalho humano e a condição social; 4 Cenário da Organização Política da Polis – O Pensamento filosófico; 5 Cenário da Organização Política da Polis – notas pontuais da realidade histórica; 6 Cenário da Religião; 7 O surgimento da filosofia; 8 Filósofos Pré-Socráticos; 9 A Filosofia Pré-socrática; 10 Filosofia Clássica; 11 Considerações Finais; Referências.

**RESUMO:** O presente estudo tem por objetivo buscar novos fundamentos para a compreensão da Política Jurídica. O trabalho volta-se, particularmente, para a linha de Produção e Aplicação do Direito. O autor elege como título o seguinte: **Cultura da Grécia da Antiguidade: aspectos filosófico-sociológico-políticos**. Os caminhos teóricos percorridos denominam-se: a estratificação da Sociedade, o Trabalho Humano e a Condição Social, cenário da Organização Política da Polis, pensamento filosófico, cenário da Organização Política da Polis (notas da Realidade Histórica), o cenário da Religião, o surgimento da filosofia, a Filosofia Pré-socrática e a Filosofia Clássica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Grécia Antiga. Filosofia e Religião da Antiguidade. Política da Grécia Antiga.

**ABSTRACT:** O presente estudo tem por objetivo buscar novos fundamentos para a compreensão da Política Jurídica. O trabalho volta-se, particularmente, para a linha de Produção e Aplicação do Direito. O autor elege como título o seguinte: **Cultura da Grécia da Antiguidade: aspectos filosófico-sociológico-políticos**. Os caminhos teóricos percorridos denominam-se: a estratificação da Sociedade, o Trabalho Humano e a Condição Social, cenário da Organização Política da Polis, pensamento filosófico, cenário da Organização Política da Polis (notas da Realidade Histórica), o cenário da Religião, o surgimento da filosofia, a Filosofia Pré-socrática e a Filosofia Clássica.

**KEY WORDS:** Grécia Antiga. Filosofia e Religião da Antiguidade. Política da Grécia Antiga.

## 1 Introdução

O estudo que ora realizamos visa aos seguintes objetivos: revisitar aspectos históricos, políticos, sociais, culturais considerados relevantes na era do pensamento da Grécia da Antiguidade<sup>2</sup>. Entre os temas propostos destacam-se ligeiras passagens sobre estratificação da Sociedade; o

Trabalho Humano e a Condição Social; o cenário da organização política da Polis<sup>3</sup>; o pensamento filosófico; a Religião; o surgimento da filosofia; a Filosofia Pré-socrática; a Filosofia Clássica. Reconhecemos que o estudo ora desenvolvido não tem a preocupação de esgotar qualquer dos temas selecionados. Conforta-nos, por outro lado, sabermos que os âmbitos ora tratados constituem alguns dos principais que iluminam a Filosofia do Direito. Por fim, reexaminamos a temática da cultura da Grécia da Antiguidade, com vistas ao enriquecimento da concepção do Direito da Pós-Modernidade. A significação do pensamento da cultura helênica da Antiguidade, a cada geração que se sucede, mostra-se atual e jamais ultrapassada. O estudo da filosofia tratado neste capítulo refere-se ao pensamento do mundo ocidental. O estudo do pensamento grego selecionado para o presente trabalho, compreende breves aspectos da cultura da antiguidade. Com este recorte metodológico, os pensadores pesquisados, os temas, as reflexões compreendem o tempo que inicia no século VI antes de Cristo e vai até o século VI depois de Cristo.<sup>4</sup> O marco temporal estabelecido não constitui regra rígida, podendo variar para mais ou para menos dentro dos dados pesquisados. As linhas de pensamento focalizadas em cada um dos filósofos estudados representam, para o presente trabalho, espécies de focos de luminosidade. O estudo busca fundamentos para uma nova visão do Direito da Pós-Modernidade. Estas luzes refletidas são como minúsculas estrelas que brilham no firmamento. Por exemplo, no Direito da Pós-Modernidade, o estudo sobre a conduta do Homem nas relações do setor público ou do privado, do ponto de vista da moral, mostra-se incompleto se deixarmos de buscar seus fundamentos nas teorias éticas de Aristóteles. Do mesmo modo, a ciência genética que se ocupa da manipulação de embriões humanos; de células-tronco e de transgênicos, encontra-se num impasse ético por pretender separar a ciência médica de fundamentos da ética. Em igual impasse se mostra o estudo em torno da idéia de Democracia, sem enlaçá-la com as teorias de Platão. Temas ligados à Pós-Modernidade, nos domínios da Antropologia e da Sociologia que se dedicam ao estudo da mudança, da renovação do Homem, na busca de novos meios de convivência, têm raízes na filosofia da clássica Grécia Antiga. Cita-se, neste particular, a teoria de Michel Maffesoli, cuja linha de pensamento propõe revisão do estudo do Ser, como desejo voluntário de quebrar paradigmas existenciais, com vistas à renovação do espírito. Ou seja, todo movimento renovatório do chamado fenômeno do nomadismo<sup>5</sup>. A filosofia de Michel Maffesoli por certo encontrará raízes nos ensinamentos de Platão, no diálogo "O Homem no Estado de Natureza"<sup>6</sup>. A breve amostra deste plano de pesquisa tem, igualmente, a intenção de estimular o operador do direito a compartilhar com o estudo da Filosofia do Direito, reconhecendo-se que esta área de saber não pode ser pensada, discutida, sem o conhecimento dos fundamentos de pensadores da Filosofia da Grécia da Antiguidade. O autor revela que, diante de pesquisa realizada em obras que tratam da História da Filosofia, não encontrou certa unidade de classificação quanto às Escolas ou linhas do pensamento filosófico. Cada tratadista pesquisado elabora a classificação, segundo seu ângulo de observação. Diante desta circunstância, optamos pela elaboração de certa classificação que reúna, de forma didática, alguns dos principais pensadores, segundo suas épocas. Do ponto de vista metodológico, a produção de artigo temático observa o limite de texto. Para não quebrar a regra, o autor procurará abordar os temas, mediante síntese de idéias. Diante de recomendações de ordem metodológicas, a riqueza temática do presente estudo não autoriza que penetremos em certas particularidades de cada assunto tratado.

## 2 A estratificação da Sociedade<sup>7</sup>

A Grécia da Antiguidade, do ponto de vista da estratificação da Sociedade, apresentava classes distintas. Significativa parcela da população que habitava o solo da Grécia se constituía de estrangeiros. Entendia-se por estrangeiro a pessoa originária de outros povos que passava a habitar as terras gregas. Do ângulo da estratificação social da *polis*, o estrangeiro era reconhecido como escravo. Em tal condição, não desfrutava dos direitos políticos, ou seja, faltava-lhe o direito de participar da vida política da *polis*. Na condição de escravo, dedicava-se ao trabalho na cidade ou no campo ou às atividades de manufaturas. Amplo era o rol de ocupações do trabalho escravo. Entre outras, destacam-se as de mineiro, de auxiliar do comércio, incluindo-se as ligadas ao trabalho pré-industrial, como a produção de lampiões, roupas e artefatos de armas<sup>8</sup>. A seguinte classe encontrada na estratificação social da Grécia representava-se pelo meteco<sup>9</sup>. Trata-se da figura do estrangeiro, da categoria de escravo, que adquiria parte da liberdade política e se tornava parcialmente, cidadão<sup>10</sup>. A *polis* de Atenas não proibia que o escravo adquirisse o direito de gozar da cidadania parcial. Ao contrário, Atenas parecia receptiva ao estrangeiro. O meteco e sua família era convidado a participar de importantes celebrações na polis<sup>11</sup>.

Para conquistar, parcialmente, a cidadania, o escravo precisava demonstrar a existência de trabalhos considerados relevantes. Mediante o processo de reconhecimento da cidadania, o escravo passava à condição de meteco. Nessa condição, era homenageado, tanto em sessão solene individual ou coletiva. O meteco não gozava dos direitos políticos plenos, como, por exemplo, a participação de assembléia de cidadãos (*dêmos*)<sup>12</sup>. Essas restrições não impediam que por motivo de necessidade política fosse chamado à assembléia para prestar informações de interesse da polis<sup>13</sup>.

Do cidadão. A principal população da Grécia da Antiguidade, ainda que quantitativamente menor, compunha-se de cidadãos. Considerava-se cidadão, a condição ter nascido na Grécia, ter pai e mãe cidadãos gregos<sup>14</sup>. O cidadão podia exercer mais de uma ocupação, por exemplo, a de agricultor e a de soldado. O jovem de Atenas, do sexo masculino, após adquirir a maioridade, submetia-se a escrutínio, espécie de exame para a cidadania. Uma das primeiras obrigações perante a polis, consistia na prestação do serviço militar. Somente após completar trinta anos de idade, o cidadão do sexo masculino passava a freqüentar as Assembléias da polis, com o direito de ocupar funções públicas<sup>15</sup>. Apenas o cidadão do sexo masculino podia ser proprietário de prédios e de terras. A mulher, via de regra, dedicava-se às atividades domésticas<sup>16</sup>. Não gozava do direito de participar da vida política da polis<sup>17</sup>. Na mitologia e na encenação cômica aparece a mulher com o direito de participar de assembléia política (*dêmos*)<sup>18</sup>. A assunção ocorria por três dias, período no qual a mulher assumia a direção da polis. Tratava-se dos festejos das Tesmoforias<sup>19</sup>. Reuniam-se em acampamento próprio utilizado pelo cidadão do sexo masculino. Durante as encenações, as mulheres escolhiam as que representariam no festival. Esses dados revelam que apenas na mitologia e no teatro cômico as mulheres gozavam do direito de participar de Assembléia (*dêmos*)<sup>20</sup>.

A riqueza de certa parcela dos cidadãos originava-se da exploração de metais, como a prata, o chumbo, o ouro e o ferro<sup>21</sup>. Os cidadãos ricos exerciam influência ponderável nas atividades políticas. Pequeno número de cidadãos desfrutava de riqueza, sendo a maioria deles, pessoas pobres<sup>22</sup>. Enquanto a classe pobre necessitava trabalhar em tempo integral para se sustentar, a classe abastada vivia do comércio, da indústria extrativa de minerais como o chumbo, o cobre<sup>23</sup>. A massa de pobres na Grécia se constituía de escravos e de gregos (homens, mulheres e crianças). Do ponto de vista de condições de vida, tanto os escravos quanto os gregos encontravam-se no mesmo nível de carência, tais como de trabalho, de habitação, de alimentos e de proteção à saúde. A riqueza concentrava nas mãos de uma minoria de cidadãos gregos. Em segundo plano, igualmente, pequena parcela da riqueza achava-se nas mãos dos metecos. A desigualdade de condições de vida do povo que habitava o solo da Grécia mostrava, em cores fortes, o desapareço pelos governantes em relação aos seus governados.

### 3 O Trabalho humano e a condição social

O trabalho humano examinado na cultura da Grécia da Antiguidade constitui um modelo a não ser seguido por nenhuma civilização culta. Significativa parcela da classe rica grega inspirada na crença de Zeus<sup>24</sup>, não concebia o trabalho pesado, duro, senão pelo escravo, o estrangeiro<sup>25</sup>. Ao contrário de outros como Hesíodo<sup>26</sup> e Sólon<sup>27</sup>, que sustentavam representar o trabalho o caminho para uma prosperidade moralmente justa. Em regra o escravo era negociado nos mercados populares, como objeto de trabalho. Na polis havia também o escravo público<sup>28</sup>. Constituíam-se de modalidade especial de mão de obra escrava. Os dirigentes da polis compravam o escravo para formar a força policial destinada a manter a ordem nas reuniões da assembléia.<sup>29</sup> Releva notar que essa classe de escravo, por assumir a função de guardião público, desfrutava de condição de vida diferenciada dos demais escravos do setor privado. Pesquisas desenvolvidas nos textos dos Pré-Socráticos<sup>30</sup>, indicam que as relações entre o escravo e o cidadão não representavam sentido puramente de serventia. No texto referido consta que o poeta grego Heródoto<sup>31</sup> escrevera que Pitágoras<sup>32</sup>, após conviver muitos anos com seu escravo Sálmoxis<sup>33</sup>, resolve conceder-lhe a liberdade<sup>34</sup>. Heródoto assinala que Sálmoxis, por sua maneira de vida, de empenho, de trabalho, adquirida entre os gregos, acumulou considerável fortuna. O padrão moral conquistado por Sálmoxis levou-o a constituir um paradigma moral nas relações entre o senhor e o escravo<sup>35</sup>.

A leitura da obra *Ilíada*<sup>36</sup>, escrita pelo poeta e historiador grego Homero<sup>37</sup>, revela duas passagens importantes sobre a figura do escravo. A primeira encontra-se no Canto VII. Nos versos de Homero aparecem registros sobre a presença de escravos trocados por vinho<sup>38</sup>. Essa bebida, por se constituir de elevado valor à época, era permutada por bronze, por barra de ferro brilhante, por rezes e, até mesmo, por escravos. A narrativa de Homero serve para mostrar a cultura de determinadas classes

sociais da antiguidade, a ponto de considerar o escravo como instrumento de troca. A seguinte referência lê-se no Canto XXII da **Iliada**, na qual o poeta descreve o amor, a compaixão de Andrômaca devotados ao esposo Heitor por seu sacrifício, sua luta que julgara passar nos campos de batalha. A consorte de Heitor, Andrômaca, no interior do palácio, sem nada saber do funesto destino do esposo, ordena que as escravas preparem um banho quente para seu marido, tão logo retornasse do campo de luta<sup>39</sup>. Nesse Canto, a escrava aparece como auxiliar das atividades domésticas. Significa entender que o conceito de escravo compreendia diversas ocupações, tanto na agricultura como nos serviços artesanais, inclusive como serviços no setor doméstico. Em regra, essa modalidade de trabalho era de escravos do sexo feminino.

Pesquisas desenvolvidas na obra **As Leis**<sup>40</sup>, de Platão, revelam dados importantes em torno da figura do escravo. No Livro XI<sup>41</sup> o filósofo comenta que qualquer cidadão, desde que portador de perfeita sanidade mental, poderá ter para si seu próprio escravo e empregá-lo em qualquer atividade (legal) que lhe aprouver<sup>42</sup>. Se um escravo estiver sendo conduzido, um outro homem que se interessar por sua libertação poderá tentá-la. Em tal situação, deverá pagar certa quantia de valor substancial<sup>43</sup>. Se, no entanto, alguém procurar libertar o escravo sem o cumprimento dessa exigência, será acusado de assalto. Na hipótese do escravo emancipado deixar de cumprir seus deveres com aquele que o libertou, será posto sob prisão. Nas situações em que o escravo liberto possuir riqueza maior que a amealhada por seu senhor, o excesso será restituído a esse<sup>44</sup>. Importante destacar que tema sobre o escravo é encontrado dentro do mesmo capítulo que prevê questões sobre fraudes de mercadorias, falsos testemunhos, vendas de artigos, confisco de mercadorias, bem como a punição com açoite<sup>45</sup>. Esta observação comporta diversas explicações. Uma delas consiste na falta de importância dada à categoria do escravo como ser humano. Outra, por se tratar de lei ideal pensada por Platão, talvez a ausência de técnica legislativa tenha levado o autor a reunir, num só título, a pessoa do escravo e as diversas formas de ilícitos ali previstos. Uma terceira explicação consiste na dificuldade de pesquisadores da área da arqueologia em encontrar materiais disponíveis para considerá-los como fontes primárias. Nesse contexto, encontram-se os textos Pré-Socráticos<sup>46</sup>. Consta que esses foram perdidos, restando pequenos trechos referidos a certos autores e reproduzidos por compiladores, o que torna quase impossível atribuir-se com precisão sua autoria<sup>47</sup>. De outro lado, investigações históricas, antropológicas e linguísticas, indicam a existência de hábitos praticados pelo povo grego, aos quais se atribui aproximação com povos de cultura oriental<sup>48</sup>. Estas observações levam o autor do presente estudo a tratar os temas com cautela, com prudência. A leitura dos textos levamos a pensar a existência de sincretismo quanto à forma de tratamento da pessoa do escravo e formas de preservar o uso de mercadorias afastadas de fraudes. O escravo, antes de qualquer categorização, constitui um ser humano.

Estudos desenvolvidos nos textos de Aristóteles revelam que o filósofo considerava o escravo uma ferramenta viva, com a condição de que ferramenta é o mesmo que um escravo sem vida<sup>49</sup>. Sobre a pessoa do escravo não deve haver amizade, enquanto escravo. Como ser humano, no entanto, o escravo pode ser digno de amizade. Aristóteles distingue a condição social do escravo em relação à condição da natureza humana. O filósofo assinala que entre o senhor e o escravo não havia amizade<sup>50</sup>. Ressalta, porém, a possibilidade da existência de amizade entre o senhor e o escravo, pela condição humana<sup>51</sup>. A temática que envolve a figura do Senhor e do Escravo na filosofia de Aristóteles parece não constituir novidade do pensamento helênico<sup>52</sup>. Neste particular, sublinhamos o pensamento de Morin<sup>53</sup>, que reconhece o ser humano, antes de tudo como um ser cósmico, físico, biológico, cultural, cerebral e espiritual. Será o conjunto destes elementos que torna o ser humano um ser igual no sentido universal. A temática que envolve a complexidade do humano, na Pós-Modernidade ganha relevo diante da possibilidade de poder-se considerá-lo até mesmo no domínio de saber da Filosofia do Direito em direção à Pós-Modernidade. Pensemos, como exercício de reflexão, a possibilidade de o ser humano tornar-se escravo de sua existência, na medida em que aceita sua passagem pela vida sem sacrifício, sem luta<sup>54</sup>. Acrescentemos a estes fundamentos, a necessidade de estimularmos a reflexão sobre a metáfora do Senhor e do Escravo, em relação ao positivismo jurídico. A proposta consiste em reunir fundamentos para despertar a auto-consciência do Ser, propositadamente ocultada pelo positivismo jurídico. Significa motivar o Ser a refletir sobre a auto-consciência de si, num diálogo de alteridade. Nesta linha de fundamentos o Ser em Si procura romper e mostrar que a vida como existência prática não mais aceita regras normativas de índole dogmáticas, nas quais a legalidade se sobrepõe à complexa natureza humana. O detalhe da concepção positivista do direito destaca-se no momento em que esse não permite que o estudo do Ser em Si penetre no âmago dos sentimentos, do interior mais íntimo da condição humana. O Direito da Pós-Modernidade apresenta-se como um dos instrumentos para romper, mediante atividade dialética argumentativa, com os paradigmas do Positivismo Jurídico<sup>55</sup>.

#### 4 Cenário da Organização Política da Polis – O Pensamento filosófico

Tomamos como ponto de partida para este tópico o pensamento de Aristóteles. O filósofo chama de Ciência Política o estudo que se ocupa da organização da Cidade. Em seu âmbito, a Ciência Política distingue as estratégias de governo, a economia, a retórica<sup>56</sup>. É certo que a noção de Ciência Política evoluiu no sentido de considerá-la não só para a organização, a administração das coisas da Cidade, mas para compreendê-la em toda forma de organização realizada pelo Homem. Examinemos, a seguir, aspectos do pensamento de Platão e de Aristóteles acerca de modelos teóricos da Ciência Política voltados à polis. Embora o estudo esteja voltado, com exclusividade, para o regime político teórico, há necessidade de se registrar que determinados tópicos aparecem de uma forma valorativa, com aprovação ou reprovação dos pensadores citados. Em alguns casos, constituem juízos de valor, extraídos a partir uma realidade histórica vivida por esses.

Platão em seu tratado **A República** registra as seguintes formas de governo<sup>57</sup>: **Oligarquia** que se funda na estimativa da propriedade. Constitui Soberano, na Oligarquia o que detém maior soma de propriedade. O pobre não ascende ao governo ( par.550 d) a **Democracia** ( par.550 c). Sua natureza política se opõe à **Oligarquia**. Na **Democracia** prevalece a vontade do povo. Platão chama **Monarquias Hereditárias** àquelas que se originam de sucessão familiar. A **Tirania** ( par.550) que corresponde a pior de todas as formas de governo. É também chamada de enfermidade do Estado. **Aristocracia** (par.545 a) Platão a considera boa e justa. **Timocracia ou Timarquia** ( par.545 c) a forma de governo que se vale das honras das pessoas, dos melhores filósofos.

A leitura da obra de Aristóteles revela que o filósofo apresenta três formas de governo<sup>58</sup>. São elas a **Monarquia**, ( governo constituído de apenas uma pessoa), a **Aristocracia** ( o governo acha-se nas mãos de uma coletividade de pessoas) e a **Timocracia** (esta última chamada também de governo constitucional). Aristóteles considera a **Monarquia** a melhor forma de governo, constituindo-se a **Timocracia** a pior, por levar em conta os bens possuídos pelo governante. A degeneração da **Timocracia** resulta na **Democracia**. Em síntese, tanto na **Monarquia** quanto na **Timocracia** o governo é exercido por um único dirigente. Embora a **Democracia** seja uma degeneração da **Timocracia**, ambas têm um ponto em comum, o governo da maioria. Nestes modelos os cidadãos que as compõem são distinguidos pelos bens possuídos, admitidos como iguais. Porém, a **Democracia** como forma degenerativa, é melhor do que a **Timocracia**, visto que constitui pequena incorreção da forma original. No governo monocrático, Aristóteles opta pela **Monarquia constitucional**. O desvio da **Monarquia** degenera-se em **Tirania**. Enquanto o Monarca tem por objetivo as vantagens dos súditos, o tirano as aproveita em benefício próprio. A degeneração, a maldade do governo da **Aristocracia**, resulta na **Oligarquia**. A maior parte das coisas boas da cidade fica nas mãos do governante. Do mesmo modo, na **Oligarquia**, as funções de governo são distribuídas às mesmas pessoas. Não há a justiça de equidade na Oligarquia. Aristóteles assinala que na estrutura familiar a relação entre pai e filhos constitui uma **Monarquia**<sup>59</sup>. O cuidado dos filhos incumbe ao pai, por isso, o filósofo considera a autoridade familiar, uma **Monarquia**. Já a autoridade do senhor em relação ao escravo é tirânica. Porém, se a relação entre o senhor e o escravo dá-se sob a forma associação, a relação acha-se correta<sup>60</sup>. Entre marido e mulher as relações conjugais assemelham-se a **Aristocracia**. Todavia, o filósofo separa as funções do marido em relação à esposa. Ao marido incumbe a autoridade em função de seu mérito e nos assuntos que um homem deve ter. À mulher cabem as funções próprias de sua condição. Na hipótese do marido passar a exercer todas as funções, as relações do lar incorrem na **Oligarquia**. A associação entre irmãos é como espécie de **Timocracia**. Entre eles há igualdade de amizade.

#### 5 Cenário da Organização Política da Polis – notas pontuais da realidade histórica <sup>61</sup>

Pesquisas bibliográficas em torno da realidade da Organização Política da polis na Grécia da Antiguidade, revelam dados importantes para o estudo, inclusive da Teoria do Direito Constitucional. O povo grego, provavelmente por sua condição geográfica próxima ao mar, sempre empreendeu, desde séculos, longas viagens por todo Mar Mediterrâneo. Diante do contato com povos indígenas passou a instalar Colônias. A Colônia grega, conhecida pelo nome (*apoikía*), constituía-se de unidade política autônoma, em relação ao Estado Colonizador. Ainda que o Estado-Colônia fosse dotado de serviço de magistratura e de organização política próprios, constituía-se em Estado-autônomo. Outro importante

dado deve também ser observado. O habitante do Estado-Colonizador ou (*metrópolis*), em regra, guardava grau de parentesco familiar com o habitante do Estado-Colônia, daí a identidade de religião. Esse dado, porém, não intervinha na modificação do Estado-Autônomo. Releva notar que a partir do século V vai aparecer em Atenas forma de Império, no qual o Estado-Colonizador mantém laços políticos com o Estado-Colônia.

Atenas, desde as origens das Cidades-Estado foi considerada um modelo para estudos de Ciência Política. Foi a partir dessa Cidade-Estado que nasceu a Democracia. Na era mais antiga da civilização ateniense, a Cidade-Estado de Atenas era governada por um rei. Reunia os poderes de Sacerdote, de Juiz e de Chefe Militar. Diante do avanço do tempo, os poderes do rei foram sendo desmembrados. Nesse cenário, um grupo de Eupátridas, mediante Assembléia, apossou-se do governo<sup>62</sup>. Com a usurpação das funções do rei, os Eupátridas assumem a plenitude governamental. As funções religiosas, militares e de juízes, de início, eram vitalícias, passando, em seguida, para decenais, mais tarde, anuais. Estas funções podiam ser acessadas por quaisquer Eupátridas, inclusive o cargo de rei. Anteriormente a esse período, o cargo de rei era privativo de membros da família real. Integrava o quadro de governo seis Tismótetas (*thesmothétai*), funcionários incumbidos de colher e preservar as decisões que tinham força de lei (*thésmia*). Atenas passa da forma de governo de Aristocracia à Tirania. Os Eupátridas após sufocarem a Aristocracia, na condição de exclusivos detentores do governo da Cidade, usurparam todas as propriedades cultiváveis da região. Na mesma linha de ações, emprestavam dinheiro aos pequenos produtores insolventes. Diante da extrema condição de pobreza do povo ateniense, os limites de tolerância alcançaram o apogeu. A Sociedade de Atenas reclama imediata reforma do modelo político em vigor. Sólon, (639-559 a.C.) legislador ateniense, é nomeado Árbitro Oficial para solucionar a crise. Do ponto de vista da riqueza Sólon era, igualmente, um Eupátrida, porém de riqueza menor. Pertencia, do mesmo modo, à categoria da Aristocracia. Detentor de poderes políticos para estabelecer nova ordem constitucional, o moderado Sólon implantou, mediante assembléia do povo, um conjunto de medidas. Extinguiu privilégios de qualquer natureza, tais como familiar, econômico, de tributos e ocupação de cargos da Cidade. Cancelou todas as dívidas do povo, bem como banuiu formas de contrato de empréstimo cujo objeto de inadimplência recaísse na pessoa humana. Extinguiu o monopólio político das classes dominantes. Manteve a instituição do Conselho do Areópago. *Helíaea* ou Assembléia chama-se o corpo de cidadãos nomeados para julgar as queixas do povo. As leis produzidas por Sólon deram os primeiros passos na direção do modelo de Democracia que o mundo da contemporaneidade conhece.

## 6 Cenário da Religião<sup>63</sup>

Para o presente estudo, a categoria Religião é tomada como manifestação cultural de um povo, fundada na crença de divindades criadoras do Universo. A religião na Sociedade grega, no período da Idade da Filosofia Clássica, constituiu um fenômeno cultural tão próximo da política em relação às questões da Cidade-Estado que torna difícil separar onde uma começa e outra acaba. A idéia de separação entre a religião e as coisas públicas da Cidade-Estado parecem não ter sido objeto de discussão na cultura da Grécia da Antiguidade. Os costumes religiosos imbricavam-se com os das práticas políticas. A moeda cunhada pela Cidade-Estado estampava figura de divindade. Os calendários variavam de cidade para cidade. Para cada mês do ano, os diversos calendários possuíam o nome de um deus. As cerimônias sagradas tinham espaço de tempo diferenciado dos demais calendários. Os Jogos Olímpicos tinham calendários próprios. Os festejos eram contados de quatro em quatro anos. A abertura dos Jogos Olímpicos dava-se mediante honrarias ao Deus Zeus, em Olímpia. Os atletas que participavam dessas festividades preparavam-se durante quatro anos, contados igualmente para todos, independentes de seus calendários particulares, anuais. O Partenon constituía o majestoso edifício construído na Acrópole de Atenas. Destinava-se à arena e guarda de relíquias da cultura grega. Ali, ainda hoje, encontram-se estátuas, desenhos em cerâmicas de deuses de primitivas religiões. Os deuses eram representados por metade-homem e metade-animal, como a Coruja de Atena, Demeter com a cabeça de Jumenta. As remotas religiões adoravam igualmente pedras, árvores e atribuíam às forças da natureza manifestações de entidades invisíveis.

As religiões da Grécia da Antiguidade, após certo período de sua origem, passaram a consagrar apenas deuses, com figuras antropomórficas politeísta, ou seja, deuses com formas humanas. A fase adiantada da história já abandonara, quase por inteiro, a consagração a pedras, árvores e seres humanos metade-homem, metade-animal. A nova fase da cultura da religião passou da poliforma a antropomórfica

politeísta. Entre os deuses consagrados pelo povo da Grécia clássica destacam-se, entre outros, Zeus, Hera, Artemis, Afrodite. Cada região da Grécia adotava seu grupo de deuses, escolhidos segundo suas vocações culturais. É certo que o pluralismo religioso predominava com inteira liberdade. Provavelmente, por este motivo, não se tem notícia de estudos dedicados à classificação dos deuses gregos da antiguidade, como sistema único. Os deuses eram considerados entidades supra-humanas, na intensidade em que os mortais atribuíam-lhes poderes transcendentais. As manifestações religiosas ocorriam no interior de cada casa, no abrigo familiar ou em praças públicas. Mediante ritos sagrados, os mortais expressavam seus sentimentos às entidades supra-humanas. O povo da Grécia gozava de inteira liberdade para a escolha de seus deuses. Esta observação demonstra que a religião não aceitava qualquer orientação dogmática. Nos atos religiosos, os mortais dedicavam honrarias à vida pública e à vida privada. Tanto o nascimento como o casamento e a morte eram marcados por rituais. O local simbólico de um santuário era o espaço dedicado aos sacrifícios. As fontes de águas ou de cavernas, como construções da natureza, eram, também, santuários escolhidos para os rituais sagrados. Os templos erguidos pelos mortais constituíam os domicílios das divindades. Nos atos fúnebres as mulheres desempenhavam papel público. Embora no âmbito público as mulheres não usufríssem os direitos políticos, nas atividades religiosas fúnebres eram destacadas. A considerar porque inúmeras divindades eram representadas por mulheres, como Antígona, Afrodite, Hera, Atena, Penélope. Uma das explicações em torno da deusa feminina na religião grega estava na sua natureza, ou seja, as mulheres representavam a continuidade das gerações. Outra justificativa estava no entendimento de que a fertilidade feminina constituía condição própria da natureza da mulher.

Importante assinalar que o escravo não possuía religião própria. Os escravos comungavam das mesmas religiões de seus senhores. Nas cerimônias públicas ou no interior dos lares, os escravos podiam participar dos cultos. Exceção à regra, foi encontrada em Esparta, na qual os escravos possuíam elevado grau de coesão. A história de Esparta registra episódios de escravos na condição de governantes. A tradição mítica de Esparta em relação aos escravos constituía modo de cultura isolado.

Os animais escolhidos para os sacrifícios religiosos da Grécia Antiga variavam segundo as leis sagradas, prescritas para cada divindade. Abatiam-se desde aves comestíveis, o cordeiro, o cabrito, o porco ou até mesmo o boi. Os animais selvagens não eram escolhidos. Durante o sacrifício do animal, particularmente no momento em que o sangue jorrava sobre o altar, as mulheres pronunciavam gritos como ritual, um símbolo para marcar o clímax do sacrifício religioso. Entre os costumes religiosos encontravam-se as práticas das pessoas assar e comer o animal sacrificado.

Releva destacar que os gregos não tinham deuses do mal, o demônio. A História da Sociedade Ateniense assinala que Apolo tinha poderes para proteger ou impor castigos ao povo da cidade. É de deduzir que o Deus Apolo não era representante do mal, senão o justo. Entre os poderes dos deuses encontrava-se o de árbitro da ordem moral, com prerrogativas de infligir castigos. Um dos pontos de difícil explicação para os religiosos consistia em saber como os deuses manifestavam seus julgamentos, diante de ação humana contrária à ordem moral. A ligação entre a entidade divina e os humanos dava-se mediante a presença de outro mortal. Daí, certa incredulidade de alguns religiosos em face do julgamento transmitido pelo sacerdote. Como resultado, certos oráculos passaram a perder credibilidade, diante da interpretação da palavra divina.

A cultura grega religiosa construía oráculos para manifestações religiosas. O oráculo ou santuário representava a morada do Deus. Em seu interior não era permitida a entrada de fiéis. O culto realizava-se ao ar livre, diante do santuário. As orações eram públicas e celebradas por um magistrado da cidade, e auxiliado por sacerdotes. Sua função era de realizar as cerimônias, segundo as tradições locais. Tanto o Magistrado quanto o Sacerdote não constituíam o corpo vivo da religião (o clero), na linguagem moderna. Eram pessoas originárias de famílias de maior poder aquisitivo, outras mediante sorteio da comunidade e, até mesmo, conquistada por compra do título. Tanto o magistrado quanto o sacerdote não viviam isolados da Sociedade. Do mesmo modo, não lhes era dado ensinar preceitos morais.

O santuário de Apolo, edificado em Delfos, era considerado o oráculo de maior prestígio. Havia, entre outros, os santuários dedicados, por exemplo, a Zeus, à Dione e a Dodona. O santuário de Zeus e de sua consorte Dione localizava-se em um carvalho. Os religiosos que se dirigiam ao carvalho para inquirir-lo sobre suas vidas obtinham respostas por adivinhos ou de sacerdotistas, denominadas "pombas". O farfalhar das folhas do carvalho ou o arrulho das pombas eram interpretados como resposta da vontade de Zeus ou de Dione. O nome Dodona é reservado a um dos oráculos mais consagrados da Grécia da Antiguidade. Situa-se em uma região montanhosa que se localizava ao noroeste da Grécia.

Os preceitos religiosos consagrados pela cultura da Grécia da Antiguidade representavam, segundo pesquisas realizadas, mandamentos de ordem moral (regras formadas pelas estruturas culturais de um povo, recepcionadas como virtudes morais). Conforme estudamos, cada religião possuía seu deus. Daí não se observar nas múltiplas religiões gregas sinais de sistema único ou de pluralidade na escolha de seus deuses. A despeito da existência de vários deuses, com pluralidade de religiões, parece que os preceitos religiosos de uma não conflitavam com os de outra. Do mesmo modo, o deus de uma religião não orientava seus discípulos a se oporem às regras morais. Essa harmonia, provavelmente, explica-se pela consciência moral da Sociedade grega que tinha a justiça como uma das virtudes morais mais elevadas das excelências morais.

## 7 O surgimento da filosofia.

O nome Filosofia aparece, pela primeira vez, na Grécia da Antiguidade. Precisamente, nas obras de Platão e de Aristóteles. O primeiro não só emprega a palavra filosofia, como igualmente, a define<sup>64</sup>. O termo filosofia no pensamento de Platão corresponde ao saber, ao conhecimento fundado no amor, na amizade. O segundo refere-se à filosofia como estudo, investigação, do princípio de todas as coisas<sup>65</sup>. Para Aristóteles, o termo filosofia envolve observação, reflexão, comparação sobre uma realidade do mundo. Todo aquele que se dedica, metódica e sistematicamente, à investigação, à observação, à reflexão sobre os princípios que regem a natureza do mundo, é um filósofo. A leitura do texto de Platão em relação ao de Aristóteles evidencia, aparentemente, uma não colisão de pensamentos. Ao contrário, ambos situam a filosofia no campo do conhecimento. Neste sentido, a concepção de Platão sobre a filosofia em relação à de Aristóteles não apresenta contradições.

Conforme acima demonstrado, a filosofia teve origem no pensamento da clássica Grécia da Antiguidade<sup>66</sup>. Do ponto de vista etimológico, a palavra filosofia deriva de duas outras existentes no vernáculo da língua grega. A primeira (*phíla*) com o significado de amizade, sentimento de reciprocidade. Tem origem no verbo (*phíleo*) e designa sentir amizade por alguém. A segunda (*sophia*), traz a idéia de sabedoria. Assim, a combinação (*philos+sophia*) produz uma terceira, com a grafia de (*philosophia*) ou filosofia, no idioma português<sup>67</sup>. Em síntese, filosofia significa amor, amizade à sabedoria.

A filosofia, conforme anunciado, envolve sentimentos de amizade, de amor, de paciência, de coragem, na busca da verdade. Filosofia constitui atitude de inquietação, de indagação diante do mundo da vida. Muito mais do que paixão pela verdade, a filosofia assume, sempre, comportamento crítico diante do objeto, com o fim de alcançar idéia universal. A filosofia, enquanto modo de pensar em torno da realidade ou da idealidade da vida, não se satisfaz com seus enunciados. Trata-se de modo de pensar contínuo, reflexivo, dialético, que nunca acaba. Esta concepção constitui uma das exigências da filosofia. Sua preocupação é a busca incessante da verdade em sentido universal. A idéia de verdade, no âmbito da filosofia, revela-se, sempre, inacabada, por maior universalidade conceitual que apresente. O conhecimento da verdade no campo da filosofia busca a universalidade dos conceitos. A razão (*logos*) e a sensibilidade (*pathos*) representam as sedes do pensamento do Homem (*homo sapiens*). O estudo, a pesquisa em torno da ordem cósmica (*kósmos*), no sentido de organização do universo, não possui caminho único. A razão desacompanhada da sensibilidade, ou esta sem aquela, não conseguem explicar a organização da natureza humana, em seu contexto cultural, político, histórico, social e espiritual. A filosofia quanto ao sentido finalístico apresenta objeto distinto da ciência. Enquanto a primeira ocupa-se da verdade do ângulo universal, a ciência, ao contrário, busca sempre o particular. O conhecimento teórico (*Epistéme*) ou científico, do mesmo modo que a filosofia, requer atitude de investigação reflexiva, crítica, sendo seu objeto delimitado. Neste particular, a ciência busca o conhecimento mediante conceitos fundados na experiência, segundo um plano de investigação metodologicamente elaborado. O conhecimento científico não se confunde com o conhecimento chamado comum ou vulgar (*dóxa*) ou opinião. Não que este seja desprezível. A sabedoria popular pautada na existência e na evidência de observações representa elevado acervo de conhecimento empírico para o estudo da ciência e da própria filosofia. O somatório de experiências vividas pelo Homem em sua trajetória material e espiritual constitui o que chamamos de conhecimento comum ou vulgar. Por não ter sido objeto de investigação, de teste de verdade, o conhecimento desta natureza funda-se na experiência vivida por cada grupo da Sociedade (*práxis*). Para ilustrar, formulamos dois exemplos. O primeiro relativo à filosofia, o segundo à ciência. Investigar a idéia de moral no pensamento da Grécia Antiga situa o estudo no foco da filosofia. Porém, investigar o conceito de liberdade no direito positivo brasileiro, conduz o objeto do

estudo no âmbito da Ciência do Direito. Enquanto a ciência tem por objeto de investigação determinado âmbito do conhecimento, mediante procedimentos técnicos e a razão lógica de seus enunciados, a filosofia busca o valor da verdade no sentido do universal. O conhecimento da ciência procura a certeza, o da filosofia aceita o provável. Guerra Filho assinala que o conhecimento da Filosofia enfrenta questões que envolvem aporias<sup>68</sup>. Ou seja, perguntas sem saídas ou de múltiplas soluções. Em tais situações, opta-se por uma das possíveis soluções<sup>69</sup>. Daí a observação, segundo a qual a idéia de verdade mostra-se sempre relativa, quaisquer que sejam os seguimentos da ciência ou da filosofia.

## 8 Filósofos Pré-Socráticos

Classificam-se, entre outros, os seguintes pensadores denominados Pré -Socráticos: Tales de Mileto (625-545 a.C.), Anaximandro (610-545 a.C.), Alcmeão Heráclito de Éfeso (545-485 a.C.), Pitágoras (570-490 a.C.), Xenófanés (580-485 a.C.), Parmênides (aproximadamente 540-470 a.C.), Zenão (490-430 a.C.), Melisso de Samos (480-420 a.C.), Anaxágoras (aproximadamente 500-420 a.C.), Demócrito (460-357 a.C.), Empédocles (aproximadamente 495-435 a.C.), Hípaso (não há registros cronológicos a seu respeito. Consta que viveu em meados do século), Filolau (aproximadamente 470-? A.C.), Íon de Quios (aproximadamente 485-425 a.C.), Hípon (natural de Crotona. A cronologia de Hípon revela-se desconhecida), Leucipo (não se sabe a data provável de seu nascimento ou de sua morte. Até mesmo o local de seu nascimento revela-se incerto) e Diógenes (embora não haja precisão quanto à sua cronologia, parece que o filósofo viveu por volta dos anos 430 ou 420 a.C.).

## 9 A Filosofia Pré-socrática.

Dá-se o nome de Filosofia Pré-Socrática ao conjunto de pensadores que viveram no solo da Grécia ou em regiões próximas, com início no século 585 a.C. e alcança o século 52 d.C. O traço que caracteriza os Pré-Socráticos encontra-se na atenção com que os pensadores desse período se voltam por temas da natureza. Esta seria a resposta para todas as suas indagações. Em princípio, parece que os filósofos Pré-Socráticos não deixaram obra completa escrita para a posteridade. São encontrados apenas fragmentos de textos escritos por pensadores desse período. Há, porém, obras de pensadores desse período, em cujos textos aparecem referências a inúmeros deles. O espaço de tempo que compreende o chamado Pré-Socrático pode ser classificado em três momentos. Denomina-se período verde aquele que vai de 585 a.C. até, aproximadamente, 400 a.C. O segundo atinge desde as Escolas de Platão e de Aristóteles e dos epicuristas, dos estoicos e dos céticos. Esse período chegou ao século 100 a.C. O terceiro período vai até o século 52 d.C. Relewa observar que a Filosofia Pré-Socrática tal como aparece nos livros representa apenas certa acomodação metodológica. É reconhecido que todos os acontecimentos que marcam época, sejam bélicos, morais, políticos, sociais religiosos, cujos episódios entram para os anais da história, jamais se sucedem em forma linear. Assinalamos, igualmente, que o cume, o ponto nuclear de cada acontecimento histórico depende do ângulo de observação em que se encontra o observador. Estas considerações que sugerem sentido de relatividade em torno de datas históricas, de classificações aplicam-se ao presente estudo.

O nome Pré-Socrático constitui apenas acordo semântico. Trata-se de expressão que apresenta certas contradições históricas. Sócrates nasceu no século 470 a.C e morreu em 399 a.C. Muitos filósofos citados como Pré-Socráticos foram contemporâneos de Sócrates. Pesquisas indicam que nenhum dos filósofos mais antigos era natural de Atenas. A filosofia, enquanto instância de saber, investiga a verdade das coisas, teve por berço a cidade-Estado de Mileto. Situa-se entre a região sul da Jônia. Daí, chamarem-se cidades-Estados da Jônia<sup>70</sup>. Embora integrasse a Grécia, Mileto não possuía vínculo político com Atenas. Milésios era chamado o povo de Mileto. Para os milésios eram familiares os conflitos, as lutas, as revoluções sangrentas. Esse povo, no entanto, desenvolvia o comércio e a agricultura com relativa prosperidade. Neste contexto floresce o pensamento filosófico. Sem a preocupação de esgotar o nome dos filósofos que compreendem o pensamento Pré-Socrático, inicia-se com Tales de Mileto (625 a.C. – 545 a.C). Seu nome decorre de homenagem de sua cidade natal, Mileto. Foi um dos primeiros pensadores a se dedicar a temas sobre a natureza. Não há registros que tenha escrito algo em torno de suas observações. A notícia sobre o pensamento de Tales vem de textos posteriores, escritos por Platão (428 a.C - 348 a.C.) e Aristóteles ( 384 a.C – 322 a.C). O primeiro, na obra **República** cita Tales de Mileto como homem habilidoso, ligado às artes<sup>71</sup>. O segundo, na obra **Metafísica**,

reconhece que Tales de Mileto foi o fundador da Filosofia<sup>72</sup>. Admite, igualmente, que o referido filósofo foi o precursor do estudo da natureza, com destaque para as águas. As expressas referências feitas por Platão e Aristóteles indicam que os dois pensadores do período da filosofia clássica da antiguidade já conheciam as idéias de Tales de Mileto. Os mencionados filósofos, ainda que desenvolvessem escolas sobre a origem do conhecimento de forma diversa, parecem ter aceito os argumentos de Tales de Mileto sobre a importância das águas.

## 10 Filosofia Clássica

**Sócrates.** A cronologia de Sócrates é imprecisa. Sabe-se que nasceu antes de Platão. Natural de Atenas. Filho de Sofrônio, de profissão escultor e da mãe chamada Fenáreta, que se ocupava da profissão de parteira. Tomando-se como parâmetro a estratificação social da Grécia Antiga, Sócrates era considerado pobre. Mesmo assim, dedicou-se à meditação e aos estudos de filosofia. Péricles foi um de seus mais próximos companheiros. Diante da vocação para estudos filosóficos, nunca se interessou pela política nem por outras atividades econômicas. Viveu sempre afastado da vida pública, embora fosse um ardoroso crítico dos políticos. Era considerado chefe da aristocracia intelectual. Foi mestre de Platão. Jamais escreveu um texto filosófico. As notícias de seu pensamento vêm de dois de seus discípulos Xenofonte e Platão. Este foi o grande historiador de Sócrates. Na quase totalidade da obra de Platão aparece o pensamento de Sócrates. O filósofo representa na obra de Platão o principal personagem de seus diálogos. Na obra **República** o Livro I, Platão inaugura o texto com a presença de Sócrates. O diálogo inicia com a presença de Sócrates ao narrar a viagem que realizara a Pireu, em companhia de Glaucon, filho de Ariston. Platão insere neste capítulo dois familiares seus. Ariston era seu pai. Glaucon seu irmão. A narrativa de Platão, feita pela boca de Sócrates, mostra-se tão natural que o leitor tem a impressão de estar ouvindo o próprio Sócrates. A descrição do ambiente, escrita por Platão, mostra-se tão autêntica que parece estar-se ao lado de Sócrates, mostrando o cenário de uma festa da Grécia Antiga, em cujo ambiente vêem-se seus habitantes em procissão. Parece não haver um só escrito de Platão sem que Sócrates apareça como principal interlocutor. Os dez livros que compõem a **República** apresentam Sócrates como interlocutor. Destacamos, entre outros, os seguintes: no livro dedicado a **Mênon** Sócrates é indagado para falar sobre a virtude; no **Banquete**, Sócrates desenvolve com seus interlocutores idéias sobre o amor; Parmênides discute com Sócrates acerca das idéias; em **Primeiro Alcibiades** também conhecido por **Natureza do Homem**, Sócrates constitui o núcleo dos estudos; Em **Protágoras** Sócrates fala dos sofistas, tipo de homens dotados de conhecimento que empregam o saber pelo dinheiro (In Protágoras par.313 b – 314 a); no título oferecido a **Timeu** o diálogo com Sócrates acerca dos originários atenienses; no livro oferecido a **Teeteto** Sócrates destaca-se como principal interlocutor em torno do conhecimento.

A morte de Sócrates. Ao que se tem notícia, o texto de maior riqueza em torno da morte do filósofo é escrito por Platão<sup>73</sup>. Em razão de uma trama idealizada por governantes, Sócrates foi acusado de matar Leon de Salamalina. Sócrates não aceitou a injúria e recusou-se a participar da traição política. Tempos mais tarde, após restaurado o regime democrático, Sócrates foi acusado de corromper a juventude, bem como defender idéias contrárias à religião da época. A narração dos momentos anteriores à morte de Sócrates dá notícia de que Sócrates teve duas esposas, Xantipa e Mirto. Esses dados não estão provados. Igualmente, consta que Sócrates tivera três filhos, porém, tudo isso não se encontra bem provado. As esposas e filhos foram ao encontro de Sócrates. Ao entardecer do dia de sua execução, Sócrates ao voltar do banho sentou-se, novamente, e conversou com um dos guardas. O funcionário incumbido de lhe dar o veneno lhe revelou certa piedade, comparando-o a outros presos a quem ministraria a taça do mortal líquido, Cicuta. Isto porque os demais condenados à morte mostravam-se coléricos, em contraste com a atitude de Sócrates, de postura calma e generosa. Mas tudo teria que ser cumprido, por ordem do Magistrado. "Resta-me como funcionário, pessoalmente anunciar-te a Deus". Após chorar retirou-se, dizendo-lhe: "*Procura suportar da melhor forma o que é necessário*". Sócrates observa que em sua permanência ali esse homem, de ofício executor da morte, revelava tanta generosidade e solidariedade. Trata-se de excelente homem. Sócrates pede a Críton que lhe traga o veneno, pois já está preparado. Críton sinaliza a um de seus servidores para administrar a taça de veneno a Sócrates. Responde-lhe o executor que bastava tomar o líquido e iniciar uma caminhada até que sentisse um peso sobre as pernas. Em seguida, deitar-se para que o veneno, se espalhasse por todo corpo. Sócrates bebe por inteiro o poderoso veneno. Sem mostrar alteração no rosto ou dores, logo em seguida, Sócrates apresentava um olhar fixo. Críton fecha-lhe a boca e os olhos. Palavras finais

de Platão: "O homem de que podemos bendizer que, entre todos os de seu tempo que nos foi dado conhecer, era o melhor, o mais sábio e o mais justo". A vida e obra de Sócrates têm sua memória escrita para a posteridade, nos textos de Platão. Neste aspecto, pode-se dizer, com segurança, que Platão, em certa medida, compara-se a Tucídides o grande historiador da Guerra do Peloponeso da Grécia da Antiguidade, e ao poeta Homero, nos seus versos dedicados à **Ilíada** e à **Odisséia**.

**Platão** ( 428 a.C. -348-7 a.C.) nasceu na cidade de Atenas. A cidade-Estado de Atenas desfrutava como forma de governo a Democracia. Seu pensamento expressa o sentimento de liberdade. Platão pertencia a tradicionais famílias de Atenas. Era filho de Ariston e de Perictione. Sua mãe descendia do legislador Sólon. Irmã de Cármides e prima de Crítias. Platão manifesta sua oposição aos políticos de sua época. O notável acontecimento de sua vida foi o encontro com Sócrates. Sabe-se que Cármides e Crítias foram dois dos tiranos da oligarquia dos Trinta, que dominaram Atenas por alguns anos. Foi sob esse momento político da vida de Platão que os dois governantes tentaram imputar a Sócrates a cumplicidade da execução de Leon de Salamina. A intenção dos tiranos era confiscar os bens do filósofo. Sócrates não aceitou a indigna trama. Por isso, Sócrates deixou de ser visto com simpatia pelos dois tiranos. O regime político de Atenas a essa época já havia se restabelecido, a democracia dava lugar à oligarquia. Mesmo assim, o filósofo não encontrava em nenhum dos partidos políticos um modelo ético que pudesse ingressar. Platão, após a morte de Sócrates e considerando a dispersão do núcleo de estudantes, deixa Atenas e visita a cidade de Megara. Em seguida, dirige-se ao sul da Itália (Magna Grécia) onde conhece o matemático e político chamado Arquitas de Tarento. Vai, depois, à Sicília, em Siracusa (Itália), e estabelece forte amizade com Dion (cunhado do tirano Dionísio). Platão conheceu o norte da África (pouco se conhece deste acontecimento). Com o retorno a Atenas, Platão no ano 387a.C. funda sua própria Academia. Trata-se uma escola de investigação científica e filosófica. As experiências das viagens e os contatos que manteve foram consideráveis para seu conhecimento. Platão dirigiu sua escola durante vinte anos. Seus ensinamentos sustentavam-se no pitagorismo (uma das doutrinas que aceitam os números como princípios, como explicação dos fenômenos do Universo. O nome vem de Pitágoras). Seus diálogos referem-se a significativo universo de interlocutores: Ménon, Fédon, Banquete, República, Fedro e outros. Um acontecimento, porém, paralisa a produção científica de Platão. Diante da morte do tirano Dionísio I, sucede-lhe Dionísio II, de igual conceito. Dion chama seu amigo a Siracusa para convidá-lo a por em prática os ideais políticos que escrevera na obra **República**. Tratava-se de tarefa difícil de ser posta em execução, devido à condição luxuosa de seus costumes que predominavam na cidade de Siracusa. O objetivo desse empreendimento consistia em preparar o jovem tirano Dionísio II, para administrar a cidade. Sobretudo porque uma *pólis* governada por um único indivíduo seria capaz de transformar Siracusa em centro forte de Monarquia Constitucional. O mundo grego estaria mais fortalecido pela união com oeste da Sicília e resistente às invasões estrangeiras. Ante todo esforço de Platão, sua missão não obteve êxito. Dionísio II não aceita, na totalidade, as idéias de Platão. O mestre retorna a Atenas. Volta a desenvolver atividades acadêmicas. Mais maduro, volta a escrever. Em plena maturidade mental Platão retoma os ensinamentos de Parmênides, Teeteto e os Sofistas. Nesta série de reflexões tem início a teoria das Idéias, tal como aparece em **Fédon**. Nesse tempo, Dion fora banido de Siracusa pelo tirano Dionísio II. Platão retorna à Siracusa e observa que Dionísio II não atendera nenhuma de suas recomendações. Nem mesmo ao apelo para que Dion fosse indultado foi aceito. O tirano procura reter Platão em Siracusa. O filósofo somente conseguiu escapar das mãos de Dionísio II graças à interferência de seus amigos. Em sua saída, reencontra Dion que planeja tirar Dionísio II do poder de Siracusa. Dion tem sucesso, livrando a cidade da tirania de Dionísio II. Sucede que Dion não consegue levar a termo todo seu ideal de Monarquia Constitucional. É assassinado por seus próprios companheiros de luta. Diante da perda de seu fiel amigo, Platão retorna a Atenas, onde prossegue os estudos sobre os diálogos. Sócrates, seu mestre, continua a ser o personagem central de seus textos. Uma das obras finais de Platão é dedicada a Filebo, em cujos trechos focaliza a idéia de felicidade. A morte de Platão interrompe uma obra sobre as Leis. Nela, Platão propõe conciliação entre Monarquia Constitucional e Democracia.

**Aristóteles** ( 384a.C. – 322 a.C.). Nascido em Estágira, atualmente (Stravó) território da Macedônia, no ano de 384 a.C., Aristóteles morreu em Cálcis, na Eubéia, em 322 a.C. Filho de Nicômacos, médico e amigo de Amintas II, rei da Macedônia. Aos dezoito anos de idade Aristóteles deixou sua cidade natal com destino a Atenas, para ingressar na escola de Platão. Permanece em companhia de Platão até 348-347 a.C., ano da morte do mestre. Foram quase duas dezenas de existência passadas com Platão. Aristóteles era casado com Pítias, sobrinha de Hermias. Diante da perda de seu mestre, o jovem filósofo, provavelmente, por achar-se desgostoso com as novas linhas do pensamento da academia

platônica, criou sua própria escola. Registra-se que um dos sucessores de Platão, de nome Espeusipo foi o responsável pela mudança de rumo da escola platônica, dirigindo o foco do conhecimento para a matemática. Aristóteles escolhe o local para instalar as novas acomodações de sua escola, nos arredores da cidade, presumivelmente entre o monte Licábetos e o Rio Ílissos. Consta que entre os prédios havia uma colunata coberta (perípatos), daí a origem do nome da escola. Com a morte de sua mulher Pítias, Aristóteles passou a viver com Herpílis, de quem teve um filho chamado Nicômacos. Sabe-se que Aristóteles em homenagem a seu filho, escreveu uma de suas Éticas. Entre suas obras, destacam-se: **Ética a Nicômacos, Ética a Êudemos e Ética Maior; Política; Metafísica, Física.**

Aristóteles desenvolve sua própria filosofia. Passa a se constituir um crítico do pensamento de Platão, como também da filosofia dos Pré-Socráticos. Uma das distinções entre a linguagem de Aristóteles em relação à de seu mestre Platão situa-se no destinatário do pensamento. Chama-se texto *esotérico* (do grego *eso* dentro, interior), aquele no qual o discurso é dirigido de forma oral, diretamente aos discípulos, em círculo fechado. Denomina-se texto *exotérico*, (do grego *ékso*, fora, de fora, por fora), o que se dirige ao público em geral. Trata-se de linguagem escrita. Aristóteles parece encontrar-se na classificação de escrita *esotérica*, posto que suas idéias, teorias desenvolvem-se sem preocupação em ensinar, transmitir para terceiros. **Os diálogos de Platão**, ao contrário, constituem escritos dirigidos ao público, classificam-se como textos *exotéricos*. Observa-se em Platão a preocupação na transmissão de suas idéias. Uma das principais rejeições à filosofia de seu mestre Platão se encontra na forma originária do conhecimento. Segundo entendimento que se extrai da obra **Metafísica**, todo nosso conhecimento provém dos sentidos<sup>74</sup>. A partir da experiência empírica se conhece a verdade das coisas. Platão, diversamente de seu discípulo, explica que o conhecimento deriva das idéias<sup>75</sup>. Verifica-se entre as duas formas de teorizar a origem do conhecimento, concepções diametralmente opostas. A leitura da **Metafísica** de Aristóteles, no Livro Primeiro, destaca que o inicial contato do Ser diante do objeto dá-se pela sensação. Observa o filósofo que os animais também possuem sensação, porém, uns não dispõem de memória enquanto outros a possuem. O Ser humano classifica-se entre os portadores de memória. Porém, além da memória e da inteligência, o Ser humano se distingue dos demais animais pela capacidade de raciocinar. Daí a capacidade de recordar. A razão constitui outro elemento próprio do Ser humano. É a razão que orienta porque isso deve ser assim e porque não deve ser de outra forma. A arte denota nível de conhecimento pela experiência e pelo saber universal. A experiência do mundo particular, destituída do saber universal não atinge o nível de conhecimento da Arte. Neste raciocínio, o conhecimento, o saber, equivale à arte. A experiência da vida prática, particular não é a mesma que a da arte (conhecimento). Aquele possui simples experiência limitada ao particular e ignora o universal. O empírico sabe o "que" das coisas, mas não tem conhecimento, fundamentos para explicá-las. O conhecimento pela arte conhece a natureza da causa e o porque dessas. As idéias expostas em torno da Arte, pensadas a partir de Platão, parecem demonstrar que a categoria Arte designa conhecimento adquirido pela educação (instrução).

## 11 Considerações Finais

A busca de idéias, de teorias, de reflexões, bem como pesquisas bibliográficas em torno de realidades sócio-político-jurídicas realizadas na Grécia da Antiguidade proporcionam ao pesquisador da Filosofia do Direito fundamentos para a construção do Direito da Pós-Modernidade. Os estudos pesquisados permitiram estes objetivos. A pesquisa bibliográfica realizada sobre as classes sociais que compunham a Grécia da Antiguidade mostra um quadro de inusitada configuração. A estratificação da Grécia Antiga contemplava três categorias sócio-político-jurídicas. Entendia-se por cidadão a pessoa nascida na Grécia, filho de pai e mãe gregos. Esta condição não era suficiente para alcançar a cidadania. Para obter o título de cidadão, era necessário ser do sexo masculino, completar o serviço militar e ter trinta anos de idade. A mulher grega, solteira ou casada com esposo grego, não gozava da condição de cidadã. Do mesmo modo, não podia ter em seu nome prédios ou terras. Suas funções eram ligadas às atividades do cuidado da família e serviços domésticos. A seguinte categoria denominava-se escravo. Tratava-se de pessoa tanto do sexo masculino quanto feminino que habitava o solo da Grécia. Escravo era toda pessoa que, sendo estrangeiro, habitava o solo da Grécia. O escravo era considerado objeto ou coisa. Nesta condição de inferioridade era vendido, trocado por outro escravo, até mesmo permutado como mercadoria. Uma terceira categoria havia, chamada de meteco. O nome era dado ao escravo que, durante sua vida, realizara trabalhos significativos para a Sociedade grega. O reconhecimento da

condição de meteco dava-se mediante um processo perante a Assembléia da *polis*. O escravo que tivesse provada a existência de trabalhos relevantes para a comunidade, adquiria o título de meteco. Com essa prerrogativa passava a ter direito a adquirir terras, cultivá-las e até o direito de exercer atividades econômicas. Todavia, o meteco não usufruía da condição de cidadania plena. Não possuía o direito de participar de assembléia para votar, nem ser votado. Ora, se compararmos os direitos do meteco (ex-escravo), em relação aos da mulher grega, observar-se-á que o primeiro dispunha de maiores prerrogativas do que a segunda (mulher grega). Tomando-se as duas realidades encontradas e as submetendo ao conceito de Democracia de nossos dias, podemos deduzir que os discursos sobre a origem e plenitude da Democracia que aparecem nos livros acadêmicos, escolares de nossos tempos, precisam de revisão conceitual. A diferença de tratamento jurídico entre a mulher grega e o meteco sugere estudos, sobretudo, na área do Direito, com ênfase à questão do Princípio da Igualdade. Do mesmo modo, a pesquisa desenvolvida inspira novos estudos em torno das desigualdades (humanas), numa visão multidisciplinar. Particularmente em dimensões sociológico-jurídico-econômico e políticos.

Outra singular questão pesquisada envolve o tratamento diferente em relação ao escravo. Como regra, o escravo, no solo da Grécia, era considerado coisa, conforme já estudado, podia até mesmo ser vendido e trocado por outro escravo ou, ainda, permutado por mercadorias (vinho). Sucede que a pesquisa realizada demonstrou tratamentos diversos em relação ao próprio escravo. Provavelmente, por sua educação, condição física e idade, certos escravos eram comprados para trabalhar na força policial da Assembléia da Polis (guardiões de prédios e a manutenção da ordem das Assembléias). Ora, se os escravos eram adquiridos para exercer funções públicas nas Assembléias, é de se pensar que passavam à condição de propriedades da *polis*. Por via de conseqüência, não detinham nem mesmo a prerrogativa de servidores públicos. Não encontramos dados segundo os quais o escravo público ascendessem à condição de meteco. Somente outro estudo, mais detido, poderá indicar qual a natureza jurídica do escravo público perante a *polis*, bem como a diferença de tratamento em relação ao escravo no setor privado. Seria prematuro emitir qualquer juízo em torno da natureza jurídica do escravo público, diante da carência de dados pesquisados.

Em relação à organização política da *polis* grega, dois foram os momentos de pesquisa. O primeiro dedicado ao modelo ideal pensado por Platão e por Aristóteles. O segundo procurou destacar a organização política da *polis*, a partir de sua realidade histórica. Platão, após discorrer sobre a **Democracia** em oposição à **Oligarquia**, a **Monarquia Hereditária**, a **Aristocracia**, a **Timocracia** ou **Timarquia**, dá sinais de insatisfação pelo regime político reinante em Atenas (**Democracia**). A leitura dos textos pesquisados revela que a idéia de **Democracia** (regime do povo) para Platão se achava em crise, diante da realidade histórica. A conspiração e execução de Sócrates representaram sólido argumento para demonstrar que em lugar da **Democracia** de Atenas prevalecia a **Tiranía**. Esse foi um dos motivos pelos quais Platão nunca se aproximou das atividades políticas de sua cidade. Platão parece não aceitar nenhuma das formas de governo examinadas em sua obra **República**. Prefere constituir uma forma de governo combinada, da qual aproveitam-se as qualidades de cada uma delas: **Democracia**, **Oligarquia**, **Monarquia Hereditária**, **Monarquia Constitucional**; **Aristocracia**, **Timocracia** ou **Tiranía**. Essas formas de governo, como realidades históricas padecem de enfermidade, que as denomina de "doença moral". Reduzem a liberdade do povo mediante leis opressivas; usurpam os bens do povo; criam privilégios para os chefes do governo e de seus amigos e familiares; nivelam os cidadãos gregos ao escravo estrangeiro, mediante pesados impostos; disseminam a discórdia e os vícios. Trata-se da "mais selvagem e completa das escravaturas". A leitura da **República** permite deduzir-se que Platão concebe uma forma de governo ideal, da qual se destacam a temperança (equilíbrio entre os excessos), a coragem (capacidade de superar o medo, a covardia) e o saber (a ação do governante em conformidade com a razão, na busca do bem). Platão idealiza essas virtudes para o governo, a partir de sua concepção sobre as partes da alma: apetitiva, (*epithymetikón*); irascível (*thymoeidés*); e racional (*loghistikón*), que correspondem, respectivamente, aos artesões, aos guardas e aos governantes. Significa entender que a forma ideal de governo deve ter a representação de três classes: a) de comerciantes, artesão e lavradores; b) dos guardas; c) de governantes. Chamemos essa combinação eclética de forma de governo de Meritocracia<sup>76</sup>, na medida em que privilegia as virtudes das pessoas, segundo suas funções na Polis.

O estudo desenvolvido na obra **Política** (Cap.VII e VIII), leva-nos a entender que Aristóteles considera o regime de governo ideal, aquele cuja constituição (*politeia*) possibilite ao cidadão realizar as melhores ações e viver feliz. O governante deve pautar suas ações pelo justo, pelo bem da coletividade.

A distribuição dos cargos deve obedecer a regras ditadas pela constituição, evitando-se, sempre, a distribuição de privilégios (familiares, amigos e grupos de interesses particulares). O povo precisa dispor de leis claras, objetivas e legítimas (aceitação pelo povo). É justo que as partes recebam quinhões de benesses em critérios proporcionais às suas necessidades. Os governantes precisam ser dotados de virtudes morais e serem inteligentes. O governo deve procurar, sempre, a felicidade do povo. A cidade precisa ser constituída de um número suficiente de habitantes, posto que o excesso dificulta a administração da cidade. Igual critério deve ser pensado em relação ao território. O ideal da cidade é que disponha de vias de acesso terrestres e marítimas, cujos caminhos sirvam tanto para a economia quanto para as guerras. O povo da cidade deve ser dotado de espírito cívico e de caráter moral. O governo, para ser considerado justo, é necessário que nasça da vontade do povo. A constituição ideal será aquela que, além dos pontos indicados, preveja a participação do povo no governo. Dois fatores são indispensáveis para que o governante da *polis* a administre com justiça, razão e hábito. Toda cidade precisa ser constituída de governantes e governados, dotados de educação. Aristóteles cita a máxima: **“se queres governar bem, debes primeiro aprender a obedecer”** (*Política*, Livro VII par.133 a). O pensamento tem por objetivo atingir os governos despóticos. Platão não aceitava nenhuma forma de governo contrária aos interesses do povo. Provavelmente, por este motivo, nunca se interessara em participar da vida política.

Os costumes religiosos praticados durante a Grécia da Antiguidade passaram por profundas modificações. O início da civilização grega registra que o povo tinha por divindades seres da natureza, como pedras, fontes, cavernas. Através de pinturas em cerâmica, vasos, moedas e a construção em pedra, concebiam figuras de divindades representando seres humanos com cabeça de animais. Com o desenvolvimento da cultura grega, essas formas de deuses foram desaparecendo para dar lugar a outras. Figuras humanas, de ambos os sexos, passaram a representar as divindades. Tais representações são chamadas antropomórficas ou politeístas ou deuses com formas humanas. A religião grega, no seu universo de deuses, não registra a figura do mal ou do demônio. As decisões, as manifestações das divindades eram recebidas como prêmios ou como censuras, reprimendas, sempre com a idéia do justo. Os escravos não tinham seus deuses, não dispunham de lugar próprio para suas orações. Em regra, acompanhavam as divindades de seus senhores. Outra particularidade da religião se encontra nas figuras do Sacerdote e do Magistrado. Ambas provinham de membros da Sociedade. Os títulos derivavam de escolhas pelo povo, outros eram comprados, outros adquiridos pela condição econômica. As religiões não dispunham de textos relativos a preceitos de conduta, como, por exemplo, os escritos sagrados encontrados na Tábua de Moisés. Nem mesmo de Livros como os dos Evangelistas João, Lucas, Marcos e Mateus, e de outros que compõem o **Novo Testamento** da Era Cristã. A religião da cultura grega da antiguidade guiava-se por um conjunto de preceitos de ordem moral, transmitidos verbalmente e por práticas morais. Entre esses, encontramos as chamadas regras ou virtudes morais, a saber: boa-fé, fidelidade, generosidade, gratidão, humildade, justiça, misericórdia, perdão, prudência, solidariedade, temperança e outras de iguais valores. Os preceitos morais que constituíam as pautas religiosas nasciam das relações sócio-culturais. Significa um conjunto de valores morais construído pela consciência da Sociedade, em seu devir histórico. No estudo da religião, um dado merece maiores investigações. O deus Zeus era considerado a divindade de maior significação. Parece-nos que na escala de maior devoção entre os gregos, Zeus se destaca no ápice das divindades religiosas. Merece, igualmente, estudo para outra oportunidade, o epíteto de que Zeus fora uma figura mitológica. O futuro projeto de pesquisa, certamente alcançará maior densidade se for traçado um paralelismo com a religião da cultura ocidental, em cujo Ser supremo aparece Jesus de Nazaré, na condição de pessoa humana, representante de Deus na terra. O estudo desenvolvido nos textos Pré-Socráticos, bem como nos da Filosofia Clássica, centrados no pensamento de Sócrates, Platão e Aristóteles constitui âmbito de saber significativo para a Filosofia do Direito da Pós-Modernidade.

## Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, c1985. 1992.
- \_\_\_\_\_. **Metafísica**. Trad. Patrício de Azcárate. Madrid: Espasa Calpe. 1999, I
- BARNES, Jonathan. **Filósofos Pré-Socráticos**. Trad. Júlio Fischer. São Paulo. Martins Fontes, 1997 367 p
- CARTLEDGE, Paul (org.). **História Ilustrada da Grécia Antiga**. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro, Ediouro. 2002 .p.172

- CHAUÍ, Marilena. Introdução à **História da Filosofia**. Dos Pré-Socráticos a Aristóteles. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. I, 539 p
- CRESCENSO, Luciano de. **História da Filosofia Grega**. Os Pré-Socráticos. Trad. Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. 207 p.
- CRESCENZO, L. **Les grands philosophes de la Grèce Antique**. Trad. Bertrand Levergois et André Mauge. Paris. 1999, 471p.
- CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos de Direito Constitucional**. Curitiba: Juruá, 2001 273p
- \_\_\_\_\_. **Política, poder, ideologia e Estado Contemporâneo**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2002. 232p.
- GUERRA FILHO, W. S. **Para uma Filosofia da Filosofia**. Conceitos de filosofia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999. 188p.
- GUTHRIE, W. K. C. **Historia de la Filosofia Griega**. Introducción a Aristóteles. Trad. Alberto Medina Gonzáles. Madrid: Editorial Gredos. 1999. v. VI, 483p
- HEINEMANN, Fritz. **A Filosofia do Século XX**. Trad. Alexandre F. Morujão. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1993. 574 p.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Volume Único. Trad. Paulo Menezes et al. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 549p. par. 190
- HERODOTUS. Trad. de Robin Waterfield. Oxford – New York 1998. 772 p
- HIRSCHBERGER, J. **Historia de la Filosofia**. Edad Moderna Edad Contemporânea. II Trad. Luis Martínez Gomes. Barcelona: Editorial Herder, 1994, .
- HOMERO. **Ilíada**. Trad. Frederico Lourenço. Lisboa: Livros Cotovia, 2005. 503 p.
- \_\_\_\_\_. Tradução de Antonio Lopes Eire. 7.ed. Madrid: Cadetra Letras Universáles. 1999 1.034 p
- HOYKASS, R. **A Religião e o Desenvolvimento da Ciência Moderna**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. 196 p
- JARDÉ, Auguste. **A Grécia Antiga e a Vida Grega**. Trad. Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo: Editora Universitária Pedagógica, 1977. 259 p
- MAFFESOLI, Michel. **Sobre o Nomadismo**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: ABBDR Editora, 2001.
- MANNION, James. **O Livro Completo da Filosofia**. Trad. Fernando Monteiro dos Santos. São Paulo: Madras, 2004. 286 p
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**. Dos Pré-socráticos à Wittenstein. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 298 p
- MARÍAS, Julián. **História da Filosofia**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004 589 p
- MARTINS, Oliveira. **Mitos da Religião**. São Paulo: Madras, 2004. 239 p
- MELO, O. F. **Fundamentos da Política Jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1994, 136p.
- MORIN, Edgar. **A Cabeça bem Feita**. Repensar a reforma. Repensar o Pensamento Trad. Eloá Jacobina. 10ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil. 2004.
- PADOVANI, Umberto et ali. **História da Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981. 587 p
- PLACIDO, D. **La sociedad ateniense**. La evolución social de Atenas durante la guerra del Peloponeso. Barcelona: Crítica. 1997. 380p.
- PLATÃO. **A República**. 8.ed. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa.
- \_\_\_\_\_. **Defesa de Sócrates. Xenofonte. Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates. Apologia de Sócrates**. Trad. Jaime Bruna et al. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural. 1980. 222 p
- SEVERINO, Emanuele. **La Filosofia Antica**. I Grande temi Del pensiero greco daí presocratici a Plotino. Biblioteca Universali Rizzoli. Milano, 1997. 316p p
- SÓFOCLES. **Antígona**. Trad. Domingos Pascoal Cegalla. Coleção Clássicos Gregos. Rio de Janeiro: Difel, 2001.
- STRAUSS, Leo et ali. **History of Political Philosophy**. Third Ed. The University of Chicago Press ,1987. 966 p
- TILGHMAN, B.R. **Introdução à Filosofia da Religião**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1996 199 p
- TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Livro I. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes. 1999. 228 p
- VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Religião na Grécia Antiga**. Trad. de Joana Angélica D'Ávila Melo. São Paulo: Martins Fontes. 2006 93 p

## Notas

- 1 Doutor e Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina , Curso de Direito: Programas de Mestrado e de Doutorado. Professor titular dos Cursos de Graduação em Direito e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí. Membro da Academia Catarinense de Filosofia. **E-MAIL:** moacyr.motta@yahoo.com.br
- 2 Grécia da Antiguidade é também conhecida por Civilização Helênica. O nome Helênica ou Heleno deriva de Hélade, nome com que os gregos se auto-denominavam para indicar o local que habitavam. O nome grego ou Grécia foi dado pelo romanos, após a invasão dessa região. A palavra "grego," portanto, vem do

Latin (*graeci*). A palavra Helenismo quer dizer o conjunto de idéias e costumes da Grécia Antiga. Texto inspirado na leitura da obra: TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Livro I. Trad. Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo Clássicos Martins Fontes. 1999. ( Livro I nº 1 e seguintes)

- 3 A palavra *polis* referida em todo trabalho tem o equivalente, na cultura grega, de Cidade-Estado. Pode designar a parte urbana da Cidade-Estado, como igualmente, a parte rural.
- 4 Antiguidade, para o estudo da filosofia Grega compreende o século VI antes de Cristo até o século VI depois de Cristo. In HIRSCHBERGER, J. **Historia de la Filosofia**. Edad Moderna Edad Contemporânea. II Trad. Luis Martíñz Gomes. Barcelona: Barcelona Editorial Herder. 1994, p39.
- 5 MAFFESOLI, Michel. **Sobre o Nomadismo**. Trad. Marco de Castro. Rio de Janeiro: ABBDR Editora, 2001.
- 6 PLATÃO. **A República**. 8ª ed. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. 1996.
- 7 Os dados pesquisados originam-se da leitura da obra: CARTLEDGE, Paul (Org.). **História Ilustrada da Grécia Antiga**. Trad.de Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro, Ediouro. 2002
- 8 op.cit.p146
- 9 op.cit.p.174
- 10 op.cit.p.174
- 11 op.cit.p.161
- 12 op.cit.p.174
- 13 op.cit.p.174
- 14 op.cit.p.143
- 15 op.cit.p.171
- 16 op.cit.p.160
- 17 op.cit.p.160
- 18 op.cit. p.176
- 19 CARTLEDGE, Paul. (Org.) **História Ilustrada da Grécia Antiga**. Trad.de Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro, Ediouro. 2002 p.176
- 20 op.cit.p.176
- 21 op.cit.p.62,162 e 147
- 22 op.cit.p.26
- 23 op.cit.p.128
- 24 Zeus. Os gregos da Antiguidade adotavam o Politeísmo Antropomórfico, no sentido da existência de vários deuses, todos com formas e atributos humanos. Por sua criatividade de fantasia, os gregos povoaram o céu a e terra de divindades principais e secundárias, masculinas e femininas. Zeus nascido de Crono e de Réia. Para evitar que Zeus como criança fosse devorado foi mandado pela mãe para a ilha de Creta. Com essa medida foi salvo. A deusa Metis constrói uma espada em forma de foice e entrega a Zeus, para que lute e vença Uranos. Torna-se o rei dos deuses, para viver no Monte Olimpo. Nessa concepção, Zeus presidia o nascimento do lar e da família. Consta que Fídias esculpiu sua estátua como expressão das virtudes. Zeus representa para mitologia grega o que Júpiter significa para a mitologia dos romanos. Na Obra: SÓFOCLES. **Antígona**. Trad. Domingos Pascoal Cegalla. Coleção Clássicos Gregos. Rio de Janeiro: Difel, 2001, o segundo episódio, a ação dramática da tragédia refere-se aos poderes de Zeus. O nome da divindade aparece no diálogo travado entre Creonte, rei de Tebas e Antígona, donzela enérgica, filha de Édipo. Por determinação de Creonte, o corpo de Polinices, irmão de Antígona, em virtude de haver lutado contra Tebas deve permanecer insepulto. Antígona é condenada à morte por desobedecer Creonte. O ápice da tragédia aparece no momento em que Antígona insurge-se contra o decreto de Creonte no seguinte verso "**Não foram, decerto, Zeus nem aquela que tem seu assento entre as divindades protetoras dos mortos, a Justiça, que promulgaram e prescreveram tais leis aos homens. Eu não acredito que teus decretos, escritos pela mão de um mortal, possam ser superiores às leis não escritas e imutáveis dos deuses.**" (p. 46). É de ser pontuar que a cultura da Grécia da Antiguidade procurava manter viva na consciência da Sociedade a existência de um ente transcendental, divino, que se colocava acima do plano material. Uma das formas de divulgação desta concepção era por intermédio do teatro. Resguardadas as proporções de tempo, de espaço e de cultura, o mundo ocidental utiliza, mediante encenação artística, em teatro itinerante ou fixo, como o meio para exaltar ou criticar personagens da vida pública.
- 25 op.cit.p.271.

- 26 Hesíodo. Poeta grego. Nascido, provavelmente, no século VIII a.C. É considerado o fundador da poesia didática. Entre outros trabalhos de Hesíodo consta a **Teogonia**, estudo sobre o conjunto de crenças mitológica dos gregos.
- 27 Sólon. Estadista ateniense. 639-639 a.C. Estudava filosofia e política. Eleito magistrado restaurou os direitos civis de pessoas que foram escravizadas por motivo de dívidas. Proibiu o luxo e distribuiu a cidade em quatro classes, de acordo com suas fortunas. Sólon é considerado o pai da democracia grega, notadamente pela criação do direito de voto.
- 28 CARTLEDGE, Paul (Org.). **História Ilustrada da Grécia Antiga**. Trad.de Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro, Ediouro. 2002 .p.172.
- 29 Idem p.174.
- 30 A classificação relativa aos Pré-Socráticos ou Primeiros Filósofos registra o início no século 585 a.C. e alcança o século 52 d.C. O período que compreende este tempo pode ser classificado em três momentos. Denomina-se período verde aquele que vai de 585 A.C até aproximadamente 400 a.C. O segundo atinge desde as Escolas de Platão e de Aristóteles e dos epicuristas dos estoicos e dos céticos. Esse período chegou ao século 100 a.C. O terceiro período vai até o século 52 d.C. São pensadores que se dedicaram aos estudos de seus predecessores. Relewa notar que o nome Pré-Socrático, na verdade, é contraditório. Sócrates nasceu no século 470 a.C e morreu em 399 a.C. Muitos filósofos citados como Pré-Socráticos foram contemporâneo a Sócrates. Trata-se de nome que apresenta contradições históricas. Pesquisas indicam que nenhum dos filósofos mais antigos era nascido em Atenas. A filosofia teve por berço Mileto, sul da Jônia. A amplitude temática que compreende a filosofia dos Pré-Socráticos. Parece certo, porém, que entre as preocupações dos filósofos pré-socráticos constava o estudo da lógica, da linguagem, da física, da ética, da moral, do kosmos da metafísica. In BARNES, Jonathan. **Filósofos Pré-Socráticos**. Trad. Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- 31 Heródoto. Nasceu no ano 480 a.C na cidade dórica de Halicarnasso. Morreu em Túrio no ano de 426 ou 425 a.C. Historiador grego denominado pai da história. É considerado um dos mais notáveis representantes da prosa jônica.Suas histórias compreendem um período de trezentos e vinte anos, em cujos textos há narrativas de lutas entre gregos e bárbaros. Em seus versos o historiador registra episódios de lendas e de mitos. Por motivos políticos Heródoto foi exilado de sua pátria, tendo viajado pela Ásia e a África.
- 32 Pitágoras, filho de Mnesarco, um talhador de moedas e de pedras preciosas nasceu na ilha de Samos, próxima à Costa da Ásia Menor, por volta de 570 a.C. Durante os trinta e cinco e quarenta anos em que viveu em Samos, visitou os egípcios, os caldeus, os fenícios. Há notícias que teria visitado os trácios, os árabes, os judeus e as Índias. Depois, Pitágoras passou a viver no sul da Itália, na cidade de Crotona. Devido às suas viagens, conquistou grande sabedoria filosófica. Pitágoras caracterizava-se por desenvolver filosofia abstrata e espiritual. É considerado um matemático, filósofo, geômetra e sacerdote. Foi na cidade de Crotona que surgiu a famosa Escola Pitagórica. Pitágoras parecia se constituir de líder carismático, tendo muitos seguidores. Dotado de estilo de vida singular, Pitágoras alimentava-se, exclusivamente, de vegetais. Entre as teorias de Pitágoras destaca-se a que trata da imortalidade da alma. Os gregos, até então, acreditavam que após a morte da pessoa, a alma deixava o corpo e se desvanecia. Seu destino era a morada de Hades. Pitágoras, ao contrário, ensinava que a alma, ao deixar o corpo humano, imigrava para outros corpos, inclusive os de animais.
- 33 Sálmoxis ou Zalmoxis. Não encontramos registros de seu nascimento. Consta que pertenceu à região de Trácia que compreende parte da Grécia. Foi um dos mais destacados escravos de Pitágoras. Viveu em Samos. Após ter recebido liberdade, voltou para sua cidade natal. Aprendeu com seu mestre experiência e conhecimento da vida. Ao retornar para os trácios, mandou construir um salão destinado ao oferecimento de banquetes. Ensinava que nem seus compatriotas e nem mesmo ele morreria. Seu destino era uma terra até então desconhecida, em cujo local viveriam bem para a eternidade. Entre outras obras que se referem a Salmonix, destacam-se as seguintes: CRESCENZO, Luciano de. **Les Grands Philosophes de la Grèce Antique**. Trad. Bertrand Levergois et André Maugé Paris. 1999 Livro VII p.61 . HERODOTUS, Trad.de Robin Waterfield. Oxford – Ney York 1998 Livro Quatro (par.94-96 p.266-267) PLATÃO. **Diálogos**. Apologia, Críton, Eutifron, Íon, Lisis, Cármides, Hípias Menor, Hípias Mayor, Laquês, Protágoras. Trad. J. Calonge et al. Madrid: Editorial Gredos – (Cármides par.156).
- 34 BARNES, Jonathan. **Filósofos Pré-Socráticos**. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo.Martins Fontes.1997 p.98
- 35 A expressão **Senhor e o Escravo** aparecerá mais tarde, em Aristóteles.
- 36 **Ilíada**. Trata-se de obra poética composta de vinte quatro cantos. A Ilíada consagra-se como um dos marcos da literatura da Antiga Grécia, do século VII a.C. Na era moderna assinala-se que o poeta alemão Goethe foi um dos assíduos leitores da **Ilíada** de Homero. Entre outros temas, a **Ilíada** versa sobre a Guerra de Tróia. A importância dessa obra está em permitir uma certa visão histórica da civilização da

- Grécia Antiga. As principais personagens da fronteira grega são, Aquiles, Agamenon, Menelau, Ulisses, Ajax. Em oposição aos gregos destacam-se Heitor, Priamo, Hécuba, Andrômaca e Helena. HOMERO. **Ilíada**. Tradução de Antonio Lopes Eire. 7.ed. Madrid: Cadetra Letras Universáles. 1999 1.034 p.
- 37 Homero. Acredita-se que tenha nascido por volta do ano X a.C. É considerado o maior de todos os poetas gregos e o mais famoso épico da Antiguidade. A vida de Homero tem sido motivo de inúmeras controvérsias, chegando-se mesmo a duvidar de sua existência. As obras que trazem seu nome, por vezes, são atribuídas a uma coletânea de escritos da tradição grega. As mais consagradas obras atribuídas a Homero são a **Ilíada** e a **Odisséia**. Entre as cidades gregas que reivindicam a origem de seu nascimento encontram-se **Esmirna** e **Quios**.
- 38 **Ilíada**. Tradução de Antonio Lopes Eire. Madrid.7ª ed.Cadetra Letras Universáles. 1999 par.475
- 39 op.cit. par. 450
- 40 PLATÃO. **As Leis**. Trad. Edson Bini.Bauru. São Paulo: Edipro. 1999
- 41 PLATÃO. **As Leis**. Trad. Edson Bini.Bauru. São Paulo: Edipro. 1999
- 42 Livro XI, p.439.
- 43 op.cit. Livro XI p. 439
- 44 op.cit. Livro XI p.439
- 45 op.cit. Livro XI p. 442
- 46 Pré-Socráticos. Conhece-se, também, por Escolas Pré-Socráticas. O nome não quer significar pensadores que nasceram antes de Sócrates.( 469-399 A.c) O traço distintivo recai no pensamento voltado à **phýsis**. Há aproximadamente trezentos anos antes do nascimento de Aristóteles (384 a C) a Grécia já reunia significativo número de pensadores que se dedicavam à origem do mundo, à realidade, à essência, à astronomia, à matemática, à física. Eram profundos estudiosos das coisas do mundo. Entre os Pré-Socráticos constam, entre outros: Tales de Mileto, Pitágoras, Parmênides, Zenão de Èlea, Demócrito, Anaxágoras, Protágoras, Sócrates.
- 47 CHAUI, Marilena. **Introdução à História da Filosofia**. Dos Pré-Socráticos a Aristóteles. Volume I. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 50.
- 48 op. Cit, p. 25.
- 49 ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. Mário da Gama Kury. 3. ed. Universidade de Brasília, c1985. 1992. par.1161 b
- 50 ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad.Mário da Gama Kury. 3. ed. Universidade de Brasília, c1985. 1992. par.1161 b
- 51 op.cit.par.1161 b
- 52 O historiador Heródoto narra a existência de relação entre Pitágoras como senhorio de seu escravo Sálmonix.
- 53 MORIN, Edgar. **A Cabeça bem Feita**. Repensar a reforma. Repensar o Pensamento Trad. Eloá Jacobina. 10ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand do Brasil, 2004 , p. 38
- 54 Na Idade Moderna, o filósofo Hegel desenvolve importante estudo em torno do tema o Senhor e o Escravo. HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Volume Único. Trad. Paulo Menezes et al.7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 549p. par. 190. Em torno da dialética do Senhor e do Escravo do hegeliano o filósofo Denis L.Rosenfield assinala que escravo é aquele ser físico que luta pela preservação de sua vida. Diante da morte, o escravo não a teme. O escravo coloca-se diante do senhor, não na busca da liberdade, mas da própria necessidade de existência. In ROSENFELD. Denis L. HEGEL. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2002 78 p. A riqueza temática desenvolvida por Denis L. Rosenfield recomenda sua leitura.
- 55 Texto inspirado na leitura da obra MELO, O. F. **Fundamentos da Política Jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1994, 136p.
- 56 ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. de Mário da Gama Kury. 3. ed. Universidade de Brasília, c1985. 1992.
- 57 PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 8.ed.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- 58 ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. de Mário da Gama Kury. 3. ed. Universidade de Brasília, c1985. 1992 par.1160 b
- 59 ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Trad. de Mário da Gama Kury. 3. ed. Universidade de Brasília, c1985. 1992 par.1160 b

- 60 op.cit. par.1160 b
- 61 O presente estudo inspira-se na leitura das seguintes obras: JARDÉ, Auguste. **A Grécia Antiga e a vida Grega**: geografia, história, literatura, artes, religião, vida pública e privada. Trad. Gilda Maria Reale Starzynski. EPU, 1977 259 p CRESCENSO, Luciano de. **História da Filosofia Grega**. Os Pré-Socráticos. Trad.Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. 207 p. e CARTLEDGE, Paul (org.). **História Ilustrada da Grécia Antiga**. Trad. de Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- 62 Grupo de pessoas consideradas da Aristocracia de Atenas. Os eupatridas possuíam grandes glebas de terras, bem como escravos. O nome deriva do idioma grego. Eu, no sentido de bom + pátrida, nascido. Portanto eupátrida designa bem nascido.
- 63 O estudo da Religião para este título inspira-se em pesquisas realizadas nas seguintes obras: CARTLEDGE, Paul (org.). **História Ilustrada da Grécia Antiga**. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p.172; JARDÉ, Auguste. **A Grécia Antiga e a Vida Grega**. Trad. Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo: Editora Universitária Pedagógica, 1977. 259p; HOOYKASS, R. **A Religião e o Desenvolvimento da Ciência Moderna**. Trad. Fernando Dídimo Vieira. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. 196p; MARTINS, Oliveira. **Mitos da Religião**. São Paulo: Madras, 2004. 239 p; PLACIDO, D. **La Sociedade Ateniense**. La evolución social de Atenas durante la guerra del Peloponeso. Barcelona: Crítica. 1997. 380p; PLATÃO. **A República**. 8.ed. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa; TILGHMAN, B.R. **Introdução à Filosofia da Religião**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 199p. e VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Religião na Grécia Antiga**. Trad. Joana Angélica DÁvila Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 93p.
- 64 No diálogo realizado entre Gláucon e Sócrates, textualmente diz "*Ora, disse eu- ser amigo de aprender e ser filósofo é o mesmo ? É o mesmo respondeu ele. Portanto, admitamos confiadamente que também o homem, se quiser ser brando para os familiares e conhecidos, tem que ser por natureza filósofo e amigo de saber.*" PLATÃO. **A República**. 8.ed. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 513 p Ver, igualmente, na obra: PLATÃO. **Diálogos**. Apologia, Críton, Eutifron, Íon, Lisis, Cármides, Hípias Menor, Hípias Mayor, Laquês, Protágoras. Trad. J. Calonge et al. Madrid: Editorial Gredos – Protágoas. par.335 e rodapé nº 43
- 65 "Estos principios han sido suficientemente explicados en la Filosofia." In ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Patrício de Azcárate. Madrid: Espasa Calpe. 1999, 372p.
- 66 ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Patrício de Azcárate. Madrid: Espasa Calpe. 1999; CARTLEDGE, Paul (org.). **História Ilustrada da Grécia Antiga**. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p.172; CHAUI, Marilena. **Introdução à História da Filosofia**. Dos Pré-Socráticos a Aristóteles. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. I, 539 p.; GUTHRIE, W. K. C. **Historia de la Filosofia Griega**. Introducción a Aristóteles. Trad. Alberto Medina Gonzáles. Madrid: Editorial Gredos. 1999. v. VI; HEINEMANN, Fritz. **A Filosofia do Século XX**. Trad. Alexandre F.Morujão. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. 574 p.; HIRSCHBERGER, Johannes. **História de La Filosofia**. Trad. Luíz Martinez Gómez. Barcelona: Editorial Herder, 1994. t. I, 621 p.; HOMERO. **Ilíada**. Trad. Antonio López Eire. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999. 1033p.; JARDÉ, Auguste. **A Grécia Antiga e a Vida Grega**. Trad. Gilda Maria Reale Starzynski. São Paulo: Editora Universitária Pedagógica, 1977. 259p.; MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**. Dos Pré-socráticos à Wittenstein. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 298 p.; MARIAS, Julián. **História da Filosofia**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 589 p.; MANNION, James. **O Livro Completo da Filosofia**. Trad. Fernando Monteiro dos Santos. São Paulo: Madras, 2004. 286p.; PADOVANI, Umberto et al. **História da Filosofia**. 13.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981. 587p.; PLATÃO. **A República**. 8.ed. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996; SEVERINO, Emanuele. **La Filosofia Antica**. I Grande temi Del pensiero grego da presocratici a Plotino. Milano: Biblioteca Universali Rizzoli, 1997. 316p.
- 67 O pensamento inspira-se na leitura da obra CHAUI, Marilena. **Introdução à História da Filosofia**. Dos Pré-Socráticos a Aristóteles. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. I, 539 p.
- 68 GUERRA FILHO, W. S. **Para uma Filosofia da Filosofia**. Conceitos de filosofia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 1999, p. 154.
- 69 Aporia, do grego *Aporía* designa na Filosofia, dúvida racional. Trata-se de determinada dificuldade, incerteza no desenvolvimento de um raciocínio. Aporia não se refere à dúvidas de natureza subjetivas, particulares. O termo corresponde a incerteza de ordem objetiva. O estudo da **Aporia** constitui tema de significativa importância para a Filosofia do Direito. Uma das fontes encontra-se na obra: ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Patrício de Azcárate. Madrid: Espasa Calpe. 1999, Livros I, II e III. Igualmente, na obra GUTHRIE, W. K. C. **Historia de la Filosofia Griega**. Introducción a Aristóteles. Trad. Alberto Medina Gonzáles. Madrid: Editorial Gredos, 1999. v. VI, nas páginas 105, 133, 155, 230 e 378 há rico material temático sobre a Aporia.

- 70 Região da Ásia Menor, atual Turquia. In: MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**. Dos Pré-socráticos à Wittenstein. 9ª Ed. Rio de Janeiro Jorge Zahar 2005 p.11
- 71 PLATÃO. **A República**. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 8ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. par. 600 b
- 72 ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Patrício de Azcárate. Madrid: Espasa Calpe, 1999. Livro Primeiro, parte III
- 73 Epílogo. In Fédon. PLATÃO. **Diálogos**. O Banquete – Fédon – Sofista – Político. Trad. José Cavalcante de Souza et ali.2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 261 p.
- 74 ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Patrício de Azcárate. Madrid: Espasa Calpe. 1999, Livro I
- 75 In: PLATÃO. **Diálogos**. O Banquete – Fédon – Sofista – Político. Trad. José Cavalcante de Souza et ali.2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Fédon, par. 100
- 76 Nome sugerido pelo cientista político Prof. Dr. Paulo Márcio da Cruz, autor, entre outras, das seguintes obras: CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos de Direito Constitucional**. 2ª ed. Curitiba. Juruá, 2001 273p e CRUZ, Paulo Márcio. **Política, poder, ideologia e Estado Contemporâneo**. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2002, 232p.

Recebido em: 11/06

Avaliado em: 11/06

Aprovado para publicação em: 01/07